

Valor, percepção e o fim da Amazônia

Alexandre Rivas, Ph.D.

Professor Titular do Departamento de Economia da UFAM
Presidente do Instituto Piatam
central.rivas@gmail.com

1 – Economia, percepção e escolhas

Discorrer sobre visões alternativas em relação à valoração econômica da Amazônia é uma tarefa desafiadora. Esse é um tema bastante complexo por envolver percepções muito distintas. Entre essas percepções estão questões relativas à economia e desenvolvimento regional, meio ambiente, soberania entre outros assuntos diversos pertinentes à Região e com relevância nacional e internacional. Todos esses elementos têm efeito nas percepções e, por consequência, na concepção e no desenho de políticas, ações e seus respectivos financiamentos.

Neste ensaio, o esforço será desenvolvido no sentido de ampliar o entendimento sobre a valoração da Amazônia a partir da perspectiva da Economia, de modo geral, e Ambiental, de maneira específica. Essa forma de abordagem será perseguida porque é muito comum existirem muitas percepções e opiniões a respeito dessa parte do Brasil. Obviamente, essas são construídas a partir da visão de mundo, nível de conhecimento e informações que chegam aos indivíduos por meio dos diversos meios, o que acaba por produzir representações mentais daquilo que eles acham que é a Amazônia. É nesse sentido que maior entendimento dos aspectos econômicos se faz necessário.

Não é incomum ouvir de especialistas de diversas áreas, políticos e mídia em geral que a Amazônia está sob ameaça e que porção substancial dessa ameaça é consequência das pressões de mercados tais como o da soja, carne, madeira etc. Não obstante, as possíveis soluções apontadas por esses atores para administrar o problema são tipicamente políticas do tipo comando e controle ou do desenvolvimento de atividades com forte viés

preservacionista, deixando de levar em conta os aspectos econômicos mais substanciais, os quais, na verdade, estão por trás de toda essa dinâmica, ou seja, aqueles que incentivam seus cuidadores, usuários diretos da Amazônia, a fazerem escolhas e tomarem decisões.

O olhar econômico em relação ao tema aqui desenvolvido leva em conta o comportamento dos indivíduos e firmas assim como consequências de suas decisões. Estas decisões são materializadas em mercados. Quando esses falham e geram discrepâncias entre interesses sociais e privados, diz-se existir uma divergência cuja uma das causas são as externalidades¹. É muito importante salientar que esses mercados são formados a partir das interações entre consumidores e firmas que, em última análise, são indivíduos comuns exercendo um, outro ou ambos os papéis nessas interações. Assim, o mercado não é uma entidade ou instituição que pode ser controlada por meio de algum mecanismo de fácil implementação, mas sim por meio de forças geradas a partir dos gostos, preferências e estímulos de todos os indivíduos que dele participam por meio da produção e consumo de bens e serviços, respondendo a incentivos.

Diante dessas considerações, o objetivo deste trabalho é o de apresentar a tese de que para proteger a Amazônia será necessário considerá-la como um recurso cada vez mais percebido como escasso e cuja parte substancial do seu valor econômico total advém como o resultado de diferentes percepções, gostos, preferências e interesses, sejam esses nacionais ou internacionais, mas que determinam de alguma forma o como, quanto, quando e por quem seus benefícios e custos serão apropriados.

O ensaio está organizado da seguinte maneira. A seção 1 trás uma breve introdução, a seção 2 apresenta alguns aspectos que projetam nacional e internacionalmente a importância da Amazônia. Na seção seguinte, são apresentadas explicações para diferenciar o que representa valorar e valorizar a Região. A introdução à apresentação das hipóteses do ensaio é desenvolvida na seção 3, a qual antecede uma breve nota sobre o que se considera como escassez no contexto do trabalho. Na seção seguinte, argumenta-se que é preciso ter um olhar econômico da Amazônia e por fim, a última seção, tece as considerações finais.

¹ Externalidades são o resultado real de ações de indivíduos e/ou firmas sobre outros indivíduos e/ou firmas. É não intencional e pode ser negativa ou positiva. Ver Rivas (2014).

2 – A atenção nacional e internacional

Por que a Amazônia chama tanto a atenção de uma grande parte do planeta? Entre as prováveis razões, algumas se destacam: a sua biodiversidade, relevância para o controle climático e aspectos relacionados às populações indígenas, mineração e agropecuária. Antes de avançar no assunto é importante gizar algumas linhas sobre esses pontos, os quais têm relevante importância no desenvolvimento de percepções que contribuem para forjar a noção de valor da Amazônia nas mentes das pessoas.

A biodiversidade amazônica é um dos assuntos que atrai a atenção de muitas pessoas em diversas partes do mundo. Biodiversidade é um recurso ambiental que deve ser visto como um ativo e sua conservação como um investimento (FROMM, 2000).

A ciência tem mostrado que está em curso um processo de alteração climática causado em parte, ou em grande parte, pelas atividades humanas. Essa alteração ocorre principalmente por conta da emissão de gases que alteram a composição atmosférica causando um desequilíbrio que leva a modificações no sistema climático. Estudos mostram que a Amazônia tem seu papel nesse processo tanto no que diz respeito às emissões de gases com origem na queima de florestas quanto na estocagem do carbono (NOBRE; SAMPAIO; SALAZAR, 2007).

Povos indígenas são outra fonte de atenção global sobre a Amazônia. Segundo IBGE (2019), o censo demográfico de 2010 mostrou que a população indígena total da Região Norte do Brasil era de 342.836 indivíduos. Desse total, cerca de 74% vivem em terras indígenas. Eles vivem em diversas partes do território, mas há uma alta concentração na região do Rio Negro, no Estado do Amazonas. Há também no Estado, como é o caso do vale do rio Javari, no extremo sudoeste da Região, povos que nunca fizeram contatos com não índios. Em sua maioria, esses povos têm, a cada dia, demandado mais serviços públicos como educação e saúde.

A riqueza mineral amazônica ainda não é totalmente dimensionada, mas do que já se tem conhecimento, suas reservas são significativas e despertam o interesse e imaginação para muito além de suas fronteiras, talvez o *Eldorado*. Entre essas riquezas minerais, a água é um dos recursos que faz da Amazônia um importante símbolo. Isso ocorre não somente

pelo uso nas atividades humanas, mas também pelas suas funções no meio físico, biótico e importância para o sistema climático do hemisfério, o que permite e afeta o desenvolvimento da vida e de atividades econômicas em outras partes do planeta.

Dentre essas fontes de atenção da Amazônia, a agropecuária alegadamente aparece como uma vilã por ter forte associação com o desflorestamento, mas é ao mesmo tempo a grande responsável pela geração de superávit nas exportações brasileiras. Em 2018 (CNA, 2019), o agronegócio foi responsável por 45,1% do valor das exportações brasileiras e até março de 2019 sua participação foi de 47,6%. A narrativa que confronta o agronegócio e o desflorestamento na Amazônia argumenta que a demanda por novas áreas tem pressionado no sentido de aumentar o desflorestamento.

Olhando-se ainda para a relação entre o agronegócio e o desflorestamento da Amazônia, há cerca de dez anos uma iniciativa com grandes *players* do agronegócio soja buscou utilizar ferramentas de mercado para inibir a cultura como indutora do desflorestamento. Por 12 anos, foi produzido anualmente o Relatório da Moratória da Soja (ABIOVE, 2019). O último relatório relativo ao período 2017/2018, apresentou alguns resultados interessantes. O mesmo indicou que no período de 2002 a 2008 foram desflorestados 8.037 Km²/ano nos municípios monitorados da Amazônia Legal, já no período de 2009 a 2017 esse número caiu para 1.548Km²/ano. Isso representou uma redução um pouco maior do que cinco vezes em relação ao período inicial. O relatório também informa que, em 2017, a taxa de desflorestamento nos sete estados produtores de soja na Amazônia Legal diminuiu em 12,0%, mas ainda se encontra ligeiramente superior à taxa média dos últimos 8 anos. Um trecho de sua conclusão apresenta o seguinte texto:

“Esse levantamento revela que a área de soja responde por 1,4% do território desflorestado no bioma pós-2008. Entretanto, se olharmos apenas para a porção do bioma em que se cultivam 97% da soja (95 municípios) verifica-se que, ainda assim, ela responde por apenas 4,6% da área desflorestada, o que indica que 95,4% dos desflorestamentos ocorridos no período da Moratória da Soja estão associados a outros usos da terra, levando em conta apenas a área avaliada pela Moratória (ABIOVE *Op. cit.*)”

Todos esses elementos, além de outros, contribuem para a construção das diferentes percepções que cada indivíduo do planeta possui sobre a Amazônia e para que interesses diversos atuem. De maneira sintética, há duas perspectivas quanto ao como proteger a Amazônia. Uma, biocêntrica, que a considera como um jardim botânico que deve ser a grande reserva da biodiversidade da humanidade e, a outra, antropocêntrica, que deseja seu desenvolvimento, mas com conservação ambiental.

Diante dessas diferentes visões, o debate sobre o que fazer para salvar a Amazônia acaba girando em torno de mais do mesmo, ou seja, maior controle governamental, maior atuação de Organizações Não Governamentais, ONGs, e muitos discursos. O Brasil, apesar de já dispor de tecnologia de monitoramento por satélite de alto padrão, ainda hesita ou não está preparado para atuar com políticas alternativas que levem em conta os aspectos econômicos e estratégicos de curto, médio e longo prazo para a cuidar da região utilizando essas novas abordagens e tecnologias.

A Amazônia tem valor e não se discute a veracidade dessa afirmação, mas qual é o seu preço? Valorar e valorizar são definições distintas, mas que são muito confundidas como sendo a mesma coisa. A tese que apresento neste trabalho relaciona-se diretamente a essa situação, ou seja, enquanto o Brasil não assumir que a Amazônia é um bem econômico e que de alguma maneira pode ser parcialmente precificada para fins de tomada de decisões para a sua proteção e continuar alimentando o discurso puramente preservacionista, e por vezes romântico, do seu valor econômico total, o qual existe mas não é fácil ou possível de ser mensurado em sua totalidade, ela será destruída.

3 – Valorar e valorizar

Valorar é diferente de valorizar. Segundo Mota (2001), valorar significa emitir juízo de valor, multidimensionalidade, intangibilidade, bio e ecocentrismo, além de incorporar forte doses metafísicas e transcendentais. Por outro lado, valorizar significa atribuir um preço, unidimensionalidade, tangibilidade, utilitarismo e antropocentrismo. Essa confusão entre valor e valorizar tem influência direta sobre o desenho de políticas para a proteção e cuidado da Amazônia. Em relação aos ativos ambientais e naturais, o autor sustenta que o Valor Econômico Total (VET) é o resultado da soma de três outros valores, quais sejam: valores de uso, de opção e de existência. Cada um deles ainda se subdivide

indicando que o VET é o resultado de uma compreensão ampla e complexa de cada indivíduo sobre esses ativos. Considerando-se que políticas públicas para a proteção da Amazônia devem levar em conta seus benefícios e custos, é necessário que se busque entender como, objetivamente, os indivíduos formam suas percepções de valoração e valorização para tomar suas decisões.

Em relação à construção dessas percepções ao ambiente, Tuan (2015) exemplifica utilizando a superfície terrestre. A superfície da terra é extremamente variada. Mesmo um conhecimento casual com sua geografia física e a abundância de formas de vida, muito nos dizem. Mas são mais variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam essa superfície. Duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura - uma possível perspectiva entre muitas...., a abundância desnorteadora de perspectivas, nos níveis tanto individual como de grupo, torna-se cada vez mais evidente; e corremos o risco de não notar o fato de que, por mais diversas que sejam as nossas percepções do meio ambiente, como membros da mesma espécie, estamos limitados a ver as coisas de uma certa maneira.

A construção do valor da Amazônia teve início quando os primeiros exploradores espanhóis adentraram a floresta em busca do Eldorado. Nessa sequência histórica, veio o ciclo da borracha que teve importantíssimo papel não só para a região, mas também para toda a economia brasileira. Projetos como o da Fordlandia em 1927 contribuíram para que essa noção de riqueza fosse ampliada. Mais recentemente, durante o governo militar, várias ações foram implementadas buscando fazer com que a região com todo o seu potencial se integrasse ao restante da economia nacional. A exploração de recursos madeireiros, ouro e pedras preciosas foram por muito tempo a principal referência de riqueza.

A partir da década de 1960 a questão ambiental começou a tomar forma no mundo por meio da publicação *Silent Spring* (Carson, 2013). Mais tarde em 1989, com a publicação da matéria *Torching the Amazon* pela revista *Time*² que abordava a questão relacionada

² Disponível em: <<http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,958591,00.html>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

ao seringueiro Chico Mendes e o aumento das queimadas na região com a consequente ameaça à floresta e seus animais³, o Brasil e, em especial a Amazônia, passou a ser visto com outros olhos em relação ao quesito meio ambiente.

Como mencionado, esses e outros fatos foram moldando a percepção sobre a Amazônia e indicando que havia uma espécie de dilema: uma região potencialmente rica, porém ameaçada. O avanço dessa percepção por meio de contínua carga de informações parciais e/ou imperfeitas sobre o que nela acontecia, fez crescer a percepção por parte do grande público, tanto nacional quanto internacional, que havia uma potencial ameaça que fazia com que a região passasse a ser mais e mais percebida como um recurso que, de alguma forma, tornava-se cada vez mais escasso.

3 – Será o fim da Amazônia?

Em 2009, na 61ª Reunião Anual da SBPC, fui convidado a participar de um debate cujo tema era “A modernidade e o fim da Amazônia”. Ao longo das discussões havia uma preocupação dos participantes sobre se o fim da Amazônia estava decretado por conta do nosso sistema econômico, ou seja, por conta do capitalismo. Após explicar que o principal problema da Amazônia não estava no sistema econômico, mas sim em como fazíamos a gestão ambiental da mesma, argumentei que o ponto central deveria ser qual a melhor maneira de se fazer o que deve ser feito para que pudéssemos ter a proteção ambiental e o crescimento econômico na região e entender mais amplamente quais vetores estariam nos influenciando no sentido de protegê-la mais ou menos.

A partir dessa perspectiva, apresentei duas hipóteses que tenho em relação à sobrevivência da Amazônia. A primeira delas é aquela que denominei hipótese do Jardim Botânico. Ela é fundamentada na ideia da intocabilidade, justiça internacional e intergeracional. Seu viés é preservacionista, portanto, bio e ecocêntrico e externo. A segunda hipótese sobre o fim da Amazônia, relaciona-se ao conceito da conservação. Nela, considera-se a possibilidade de que seus recursos naturais venham a se tornar elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social da própria região e do país afim de que, o mais pragmaticamente possível, possa melhor ser valorizada e,

³ Importante observar que nessa época não se utilizava o termo biodiversidade

portanto, refletir seu verdadeiro valor para o mundo (diferentes mercados). Essa hipótese, além de contemplar a ideia do desenvolvimento econômico, ela também pressupõe a coexistência da harmonia ambiental, justiça nacional, internacional e intergeracional. Seu viés é antropocêntrico.

Antes de avançar na apresentação dessas hipóteses é importante deixar claro o entendimento de dois conceitos das Ciências do Ambiente: conservação e preservação. Segundo Cunningham, Cunningham e Saigo (2005), a conservação está relacionada ao utilitarismo pragmático que começou a ser utilizado em 1905 pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt. O primeiro princípio do conservacionismo é que o desenvolvimento e uso dos recursos naturais existentes são para os benefícios dos seres humanos que vivem hoje. Essa perspectiva é contraposta por John Muir que defende que a natureza deve existir e ser considerada por si mesma, independentemente de sua utilidade para o ser humano.

Voltando à análise, na primeira hipótese, a intocabilidade relaciona-se, como o próprio nome diz, à promoção de todas as formas de se estabelecer a preservação ambiental. Os argumentos em sua defesa sempre são de que existe uma relação direta entre preservação ambiental e qualidade de vida. Faz parte desses argumentos também a necessidade da manutenção do equilíbrio climático e preservação da sociobiodiversidade da região, entre outros. Nessa abordagem, todas as estratégias são úteis para a manutenção dos benefícios para o bem-estar mundial, mas em relação ao ônus não está claro a quem deve caber.

Ainda nessa hipótese, a justiça internacional é fortemente relacionada à ideia de que a região é um patrimônio mundial e, por esse motivo, as forças internacionais atuam no sentido de manter o máximo de preservação possível. Isso é realizado de diversas maneiras, mas principalmente por meio do financiamento de ONGs que atuam independentemente do governo central do Brasil ou dos seus estados, formando bases que disseminam informações visando a consolidação dessas percepções, e, portanto, de valor, orientadas, principalmente, por e para interesses externos.

O aspecto intergeracional é relacionado ao direito que gerações futuras têm de usufruir dos benefícios que a Amazônia proporciona ao mundo. É importante notar que a menção genérica de “gerações futuras” não especifica quais são essas gerações, ou melhor, quem

são e em qual tempo desse futuro estão sendo consideradas. Há um hiato monstruoso no bem-estar social entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento que poderá levar décadas e talvez até séculos para ser eliminado ou minimizado. Assim, gerações futuras de países com alta condições e expectativas de vida são diferentes daquelas de países com expectativas e condições de vida piores. Então, a ideia de justiça intergeracional é falha ou, no mínimo, conveniente.

O aspecto externo ao qual me refiro na hipótese diz respeito à visão que o mundo tem da Amazônia. Um importante exemplo que tenho foi quando me disse certa vez o então reitor da Universidade das Nações Unidas, Dr. Konrad Osterwalder⁴, retornando de uma missão ao Brasil, mas não à Amazônia: “dá próxima vez quero conhecer a Amazônia. Há algo aqui sobre ela, no fundo da minha cabeça, que me faz querer isso”. Essa percepção de que há algo diferente na região, talvez mágico, místico ou até metafísico desvincula grande parte do restante do mundo de uma visão mais antropocêntrica e realística a seu respeito e, portanto, opiniões, pareceres e, por consequência, ações e seus financiamentos, são realizadas com base em outras realidades e interesses.

Em relação à segunda hipótese, com população em torno de 22 milhões de habitantes, é impossível e irrealístico se pensar na pura preservação da região em detrimento do desenvolvimento econômico. É claro que manter um equilíbrio ecológico é do interesse de todos, mas gerar emprego e renda também deve ser uma prioridade. Por que essa prioridade? Com essa quantidade de pessoas poderá haver sempre o conflito entre a preservação e as aspirações por melhora em suas vidas, o que normalmente ocorre por meio da geração de mais renda e melhoria no padrão de consumo, tanto de bens e serviços privados quanto públicos. Veja por exemplo o caso de uma família vivendo em um local na área do chamado Arco do Desflorestamento⁵. Essa família terá que fazer uma escolha entre produzir para gerar renda para seu sustento ou desmatar um pouco mais para manter ou melhorar seu padrão de produção e consumo. Se ela não dispuser de nenhum outro meio ou alternativa para aumentar sua produtividade ou gerar renda adicional, ela poderá

⁴ <https://unu.edu/about/unu/history/former-rectors/prof-konrad-osterwalder>

⁵ O desmatamento na Amazônia brasileira tem se concentrado ao longo do chamado Arco do Desmatamento, que se estende do sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia, ao sudeste do Acre. Mais especificamente, 70% do desmatamento na Amazônia Legal tem ocorrido em cerca de 100 municípios nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, que representam em torno de 20% da área total da região (ver: <https://www.mma.gov.br/informma/item/824-amaz%C3%B4nia.html>).

utilizar mais do recurso com menor custo marginal, ou seja, mais floresta ou algum recurso da floresta, o que pode eventualmente levar a mais degradação. Considere agora um outro exemplo de uma comunidade indígena em áreas mais remotas. O dilema será tipicamente o mesmo, com a diferença de que suas demandas podem não ser necessariamente monetárias, mas sim por acessos a bens e serviços que melhorem seu padrão de vida. Assim, esses cuidadores da Amazônia possuem necessidade que precisam ser atendidas e para isso é necessário haver a existência de uma economia que sustente o atendimento dessa demanda.

O fato dessas pessoas que moram na Amazônia brasileira, os seus cuidadores, enfrentarem dilemas como os mencionados acima, leva a situações onde escolhas deverão ser feitas por elas. Tomar uma decisão e escolher uma alternativa exige comparar custos e benefícios, mesmo que não seja de maneira explícita e sistemática. Em muitos casos essa comparação envolve a consideração de alternativas de ações cujo seus custos não são tão claros como podem parecer à primeira vista. Por exemplo, aqueles dois tipos de moradores mencionados acima podem ter que escolher entre desmatar mais uma quadra de terra para a plantação ou outra alternativa. Em qualquer caso, eles estarão considerando, segundo suas percepções e realidades, quais são os custos e benefícios envolvidos. Quando a escolha for por produzir um pouco mais de desflorestamento, ele estará considerando apenas o seu custo adicional (marginal) de incluir mais uma quadra de área para satisfazer suas necessidades e não os custos ambientais cumulativos e sinérgicos associados à essa decisão.

Essa análise nos deixa no ponto para considerar a harmonia ambiental no âmbito da segunda hipótese. Harmonia, não quer dizer intocabilidade. É claro que não se pode pensar no desenvolvimento econômico utilizando-se irresponsavelmente a Floresta Amazônica. É responsabilidade brasileira cuidar da sua manutenção e equilíbrio a fim de que os serviços ecossistêmicos tão essenciais à nossa sobrevivência e bem-estar por todos sejam fruídos. No entanto, é necessário haver uma compatibilidade entre os interesses nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e a conservação da floresta. Essa compatibilidade deverá ser necessariamente uma escolha nacional e amazônica.

A justiça nacional, internacional e intergeracional será perfeitamente contemplada se houver o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Kahn e Rivas

(2009), abordaram essa questão à luz da visão pós-keynesiana. Na análise, os autores consideraram a perspectiva do desenvolvimento sustentável a partir de uma argumentação diferente da pura abordagem neoclássica. Resumidamente, nela o PIB é obtido a partir de uma função que considera além de suas variáveis tradicionais, outros tipos de capitais, tais como o capital humano e capital social. Os autores adicionam outra forma de capital na função que é o capital natural, o qual é composto dos recursos naturais e recursos ambientais⁶. A importância do papel do capital natural e, mais especificamente do capital ambiental, na função de produção do PIB é mais pronunciada quando o desenvolvimento sustentável é visto a partir da perspectiva apresentada por Brundtland onde o aumento do bem-estar social das gerações atuais não deve ocorrer reduzindo as perspectivas das gerações futuras.

Assim, essa visão antropocêntrica da Amazônia considera que no atual estágio da evolução humana, a sobrevivência amazônica ocorre em um cenário de percepção crescentemente de sua escassez. Nesse cenário, a geração de riqueza e desenvolvimento deverá considerar prioritariamente os nacionais, seus cuidadores diretos, e seus interesses na sua gestão. Isso ocorrendo, haverá um entendimento mais amplo de sua importância tanto para o presente quanto para o futuro e um aperfeiçoamento da percepção do seu valor. Como as pessoas reagem a incentivos, melhor entendimento de sua importância e valor induzirá à necessidade de maior cuidado por parte da sociedade que dela cuida e depende diretamente. Assim sendo, a apropriação dos custos e benefícios associados a esses cuidados poderão ser melhor distribuídos por meio de qualidade ambiental e preços dos bens e serviços que ela produz, tanto do ponto de vista nacional e internacional quanto intergeracional.

Para que a ideia fique mais clara, é importante enfatizar que essa segunda hipótese não representa uma concepção estritamente desenvolvimentista. Pelo contrário, o que é exposto e realçado é a necessidade de predominar a abordagem antropocêntrica e da liderança institucional brasileira no que diz respeito à gestão da região. Essa abordagem precisa necessariamente partir de uma visão global; contudo, formulada a partir da perspectiva regional e nacional de como cuidar desse patrimônio. Não se pode desprezar todas as contribuições que visem a sua conservação. Da mesma maneira, não se pode

⁶ Ver Rivas 2014.

achar que todas as bem-intencionadas iniciativas disponibilizadas para a região devam ser aceitas de pronto. Nesse sentido, a construção da percepção do valor da Amazônia deverá emergir de maneira endógena, a partir da realização da relação de seus cuidadores com os diferentes mercados, ou seja, regional, nacional e internacional.

4 – Breve nota sobre escassez

Nas Ciências Econômicas, o que faz com que um determinado recurso se torne econômico é a sua escassez. Recursos considerados abundantes não possuem valor econômico. Veja por exemplo o caso da água há algumas décadas. O fato de a humanidade possuir o recurso em quantidade e qualidade suficiente era determinante para que não fosse atribuído um preço a mesma. As pessoas dessas épocas não percebiam a escassez. No entanto, na medida que a população do Planeta foi aumentando e a demanda por esse recurso natural em diversas atividades humanas também, chegamos à situação atual onde a água tem um preço por unidade de medida.

No caso da Amazônia, essa percepção de escassez ocorre por dois motivos básicos: escassez planetária de recursos ambientais e escassez relativa à estabilidade e segurança climática quanto ao futuro do planeta. Na primeira situação, o que ocorre é uma percepção generalizada em todo o mundo de que os recursos, tanto os ambientais quanto os naturais, de todo o planeta estão ameaçados em razão do aumento das atividades humanas resultado do crescimento populacional. Recursos como os oceanos, a Antártida e a Amazônia são considerados como as últimas fronteiras do planeta a serem exploradas pelo ser humano.

A ideia da escassez relativa à estabilidade e segurança climática do planeta é mais complexa e em grande parte resultado da construção, a partir de percepções externas e algumas evidências científicas, de que a Amazônia exerce algum papel regulador ou estabilizante no desequilíbrio climático global ora em curso.

5 – Sem Economia, sem floresta

Árvores vivas valem muito mais do que mortas. Em conjunto, elas formam a floresta e todo o ecossistema que permite a vida e o equilíbrio climático. No entanto, é muito importante que a Amazônia seja percebida de maneira racional ao invés de uma visão

puramente romântica e inocente. Isso é imprescindível a fim de que ela possa ser valorizada para além dos seus mitos e, assim, ser traduzida de forma tal que os seus benefícios, reais e potenciais, possam ser apropriados tanto por seus cuidadores quanto pelo resto do mundo. Porção substancial de seu significado/valor deve ser mais do que uma mera abstração ou expressão sentimental, ingênua ou não, que atualmente a define. Esse significado/valor deve ser reconhecidamente real e útil para que sinais positivos possam estimular os indivíduos a buscarem sua utilização sem destruí-la.

Para que haja qualquer tipo de desenvolvimento da Amazônia é preciso que haja acesso físico a muitas de suas localidades e, portanto, que as condições logísticas sejam favoráveis. Naturalmente, os rios são a primeira opção. Embora muitos deles sejam navegáveis a maior parte do ano, muitas adequações ainda precisam ser feitas para torná-los em hidrovias. A próxima alternativa logística é a aérea, a qual já ocorre atualmente, mas é cara e utilizada no transporte de passageiros e carga de alto valor agregado. Restam as rodovias. Estas são alvos de críticas ambientalistas, mas são uma necessidade para a grande maioria da população da Região.

Melhor infraestrutura de transporte ou acesso deve existir onde houver a possibilidade de mercados se estabelecerem ou se desenvolverem. A região do Arco do Desmatamento por exemplo já possui modal de transporte que vem atendendo em algum nível à demanda dos produtores da região. Não adianta não asfaltar estradas que hoje estão em péssimo estado de conservação simplesmente para dificultar o desmatamento. Essa abordagem é incorreta. Em áreas com maior pressão antrópica deve existir maior monitoramento e utilização de instrumentos que afetem financeiramente as potenciais fontes de ameaças ambientais. Outras áreas mais centrais da Amazônia talvez não tenham a mesma necessidade de alta capilaridade por razões simples: mercados poucos desenvolvidos, alto custo para nova infraestrutura com a razão benefício/custo desfavorável, incluídos nesses custos os ambientais.

Uma vez desenvolvidas as condições necessárias, a Amazônia se aproximará dos mercados nacionais e globais e então melhores oportunidades econômicas podem surgir. A exploração mineral é um dos exemplos. Um grande e óbvio potencial que a região possui é a exploração madeireira a partir de planos de manejo. No que diz respeito a esse setor da economia, há de se ter em mente que em relação aos mercados internacionais, o

mesmo concorre com madeiras provenientes da Ásia e África, onde o nível de exigências ambientais é bem menor ou inexistente. Há também os produtos não-madeireiros que possuem bons mercados tanto nacional quanto internacional. A soja continua sendo uma importante *commodity* para o Brasil e boa parte de sua produção é oriunda no sul da Amazônia. Como explicado acima, medidas econômicas implementadas pelo próprio mercado nos últimos dez anos melhoraram consideravelmente a produtividade da cultura e, por consequência, a redução no desmatamento oriundo da atividade. Ainda é necessário ganhos de produtividade na agropecuária. A partir dos dados do TerraClass (INPE, 2019), é possível observar que a pecuária de baixa produtividade é predominante na Amazônia, cerca de 1 boi por hectare. Na Região, ainda seria possível aumentar a produção dessa atividade utilizando-se os 23% de área de florestas abandonadas e em regeneração, sem a necessidade de desmatar. Há uma enorme oportunidade de melhoria aqui com tremendo ganho ambiental.

Ainda no campo de utilização das riquezas amazônicas, destaca-se a sua biodiversidade. Trata-se aqui de oportunidade de elevado valor agregado, mas de alto investimento e razoável tempo de maturação. Parcerias nacionais e internacionais poderiam acelerar esse processo e contribuir para a formação mais rápida de especialistas da Região, bem como o desenvolvimento científico e tecnológico necessários para tornar essa potencialidade em efetivo benefício.

A questão dos serviços ecossistêmicos é importante, mas ainda não propriamente mensurada. Não se trata de mercantilizar a natureza, mas sim de se eliciar valores para serem utilizados nos processos decisórios. Já há alguns estudos científicos que procuram estabelecer métricas para que seja possível sua valoração econômica, mas o grande problema ainda é a falta de mercados para esse tipo de serviço. Do ponto de vista puramente ecológico, se reconhece a importância desses serviços; mas devido à complexidade associada, eles ainda precisam ser bem mais compreendidos. Entre esses serviços estão os associados ao sequestro ou manutenção do estoque de carbono. Especificamente, com relação a esse último, é possível ser constituído um mercado de carbono amazônico. Cabe aos governos da região e países que compõe o bioma Amazônia a iniciativa de liderar uma proposta mundial para desenvolver esse mercado e assim recursos financeiros sejam gerados para valorizar a floresta e contribuir para a melhoria da renda de seus cuidadores.

6 – Considerações Finais

Considerando que a Amazônia é um recurso ambiental cuja a percepção de sua escassez é crescente, mas que oferece reais oportunidades para a utilização de seus recursos naturais, a excessiva preocupação em protegê-la do seu iminente fim pode na verdade acelerar a sua chegada. Se a floresta amazônica é importante, então ela possui elevado valor e esse valor reflete sua importância intrínseca, bem como sua escassez. Dessa maneira, todas as ações para a sua conservação devem levar em conta pelo menos dois aspectos: o preço de sua conservação e a distribuição de benefícios e custos. No aspecto preço deve ser levado em conta compensações adequadas e formais ao Governo do Brasil a fim de que este possa ter as devidas condições para cuidar ordenadamente da proteção da Amazônia. O país então deveria assumir compromissos, mas a liderança do processo deve ser totalmente nacional.

O segundo aspecto relaciona-se à distribuição dos benefícios e custos da conservação. A demanda mundial atual para a sua preservação leva em conta apenas benefícios para o planeta e gerações futuras. Em outras palavras o que toda essa pressão que dizer é outra coisa: precisamos manter o nosso padrão de conforto e qualidade de vida agora e sempre às custas de alguém. Essa é a percepção e ela não incorpora uma realidade justa. Se considerarmos apenas a questão aquecimento global, o qual tem sua fonte principal a queima de combustíveis fósseis em todo o planeta e é reconhecida por boa parte dos estudiosos no assunto como a principal causa do problema, observamos que ter conhecimento da tragédia que se anuncia não acarretou até agora uma mudança comportamental para reduzir a temperatura média do planeta em meros 0,5 °C. É mais fácil levar a opinião pública a acreditar que a solução está na Amazônia.

Conhecimento e informação são importantes por diversas razões, mas uma é preponderante: o poder. Vários países investem muito em gerar conhecimento e coletar informações sobre outros países. Essa coleta não tem objetivo apenas de salvar o mundo, mas também de buscar estratégias e poder de mercado. Há várias maneiras de se obter essas informações. No caso da Amazônia esse é um assunto particularmente sensível. Há na região algumas poucas instituições nacionais (universidades, fundações e alguns institutos de pesquisa) e várias Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais

desenvolvendo pesquisas. As organizações nacionais normalmente desenvolvem suas atividades com pouquíssimos recursos e, portanto, têm atuação limitada. Já várias dessas ONGs internacionais possuem focos específicos e dispõem de recursos suficientes para financiar suas atividades. Os resultados dessas pesquisas geram importantes informações que, em última análise, vão abastecer a opinião pública nacional e internacional.

Normalmente, e em especial é a versão internacional a que exerce maior papel na formação das percepções das pessoas e desconsideram a realidade daqueles que efetivamente vivem na região, seus cuidadores, os quais muitas vezes são considerados como os vilões na destruição da floresta. Assim, muito do conhecimento gerado é transformado em informação e essa informação não tem dado contribuição suficientemente necessária para mudar o comportamento das pessoas no sentido de se formar um comportamento conservacionista, ele é sempre no sentido preservacionista. Conhecimento que não muda o comportamento das pessoas é inútil. Nesse contexto de geração de conhecimento e informação as ONGs têm um importante papel.

Segundo o IBGE, em 2016 havia na região Norte do Brasil 68 ONGs que tratavam de meio ambiente e proteção animal e 1027 que tratava de desenvolvimento e defesa de direitos. Contudo, segundo o depoimento do atual Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno⁷, em 2017 havia na Amazônia cerca de cem mil ONGs. E o que isso tem a ver com a questão do conhecimento/informação e as teses apresentadas neste ensaio?

Da forma como algumas importantes ONGs, principalmente as de origem internacional, têm atuado na Amazônia, ou seja, sem nenhum controle do Estado Brasileiro, os resultados dos seus trabalhos são interpretados segundo suas percepções e põe em xeque qualquer política de gestão ambiental conservacionista nacional. Há organizações desenvolvendo seus trabalhos com o rigor científico, mas estas não são a maioria. Isso ocorre porque, em grande parte, o resultado desses trabalhos (pesquisas, relatórios, artigos, declarações etc.) contribuem, fortemente para a promoção da tese do Jardim Botânico. Tais resultados aumentam os custos dos cuidadores da Amazônia, o que os leva para atividades ilegais ou a realizar práticas pouco conservacionistas, ou seja,

⁷ Revista Veja <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/as-ongs-a-amazonia-e-o-general-augusto-heleno/>

enfraquecem a segunda hipótese, a do desenvolvimento econômico com conservação ambiental e induzem a continuar o desflorestamento.

A situação descrita acima, favorece o fortalecimento da visão internacional, a qual é construída basicamente pela ação dessas ONGs, direta ou indiretamente, via *lobby* junto aos principais governos de nações influentes e, ousado dizer, atendendo a interesses outros não declarados. Tal situação promove a percepção do aumento escassez da Amazônia e, por consequência, o autodeclarado direito de governos estrangeiros a continuarem suas gestões para a manutenção do Jardim Botânico. Todos esses elementos juntos criam no mundo inteiro a percepção de que esse recurso ambiental está se esvaindo, caminhando para o seu fim. A pressão sobre o Brasil é grande, mas a pergunta que fica é: nesse mundo de boas intenções, quais são os verdadeiros motivos para tamanha ação?

Não há dúvida de que uma grande preocupação planetária é a mudança no clima. Nesse contexto, a Amazônia pode contribuir, mas não necessariamente ser decisiva no sentido de resolver o problema. As maiores causas do aquecimento global estão nos países desenvolvidos, além da China e Índia. No entanto, especialmente naqueles, seus altos padrões de vida e consumo continuam a demandar recursos que contribuem enormemente para o aumento desse aquecimento. Na mesma medida, não há sinais de interesse em compartilhar os custos dessa situação. Alega-se a famosa sustentabilidade, a qual leva em conta principalmente as gerações futuras e a justiça intergeracional, mas com esses padrões do mundo economicamente desenvolvido e líder nas causas de aumento da temperatura do planeta, de quais futuras gerações estamos falando? Africanas, asiáticas ou da América Latina? Por que as grandes organizações não governamentais do planeta que atuam na Amazônia atuam tão fortemente para a sua preservação? Se essas organizações são *not-for-profit*, quem as financia? Obviamente, as *for-profit*. E quais são os negócios dessas últimas? Em relação aos indígenas da Amazônia, por que um esforço tão grande para os manter em seus locais de origem para a sua alegada proteção e tão grande publicidade romântica de suas culturas? Esses mesmos indígenas estão cada vez mais necessitando de serviços públicos e migrando de suas aldeias para os centros urbanos e, na maioria das vezes, enfrentando piores condições de sobrevivência; mas que, ainda assim parecem ser melhores do que suas vidas sem perspectiva em seus locais originais.

Se o mundo continuar nessa trajetória, e esse mundo também envolve as grandes economias do planeta, o fim da Amazônia é iminente. Essa Amazônia intacta e romântica está com seus dias contados. Por outro lado, se construirmos uma Amazônia que não seja da intocabilidade verde, mas sim integrada e articulada com os mercados globais, produtora de produtos exóticos, serviços ambientais, paisagens e biodiversidade únicas e culturalmente rica onde seus cuidadores também recebam o bônus e compartilhem justamente o ônus de sua proteção, poderemos tê-la por mais alguns séculos.

7 – Referências

ABIOVE (São Paulo). **Moratória da Soja: Monitoramento por imagens de satélites dos plantios de soja no bioma Amazônia**. 2019. Disponível em: <<http://abiove.org.br/relatorios/moratoria-da-soja-relatorio-do-11o-ano/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2013. 1ª edição digital.

CNA - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA (Brasil). **PIB do Agronegócio termina 2018 estável**. 2019. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/boletins/pib-do-agronegocio-termina-2018-estavel>>. Acesso em: 5 ago. 2019.

CUNNINGHAM, William P.; CUNNINGHAM, Mary Ann; SAIGO, Barbara. **Environmental Science: a global concern**. 8ª ed. New York: McGraw Hill, 2005. 600 p.

FROMM, Oliver. Ecological structure and functions of biodiversity as elements of Its Total Economic Value. **Environmental And Resource Economics**, Netherlands, n. 16, p.303-328, 2000.

IBGE. **Indígenas**. 2019. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

INPE. **TerraClass**. 2019. Disponível em: <http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/dados_terraclass.php>. Acesso em: 15 jun. 2019.

KAHN, James R.; RIVAS, Alexandre. The sustainable economic development of traditional peoples. In: HOLT, Richard P. F.; PRESSMAN, Steven; SPASH, Clive L. (Ed.). **Post Keynesian and Ecological Economics: confronting environmental issues**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing. Inc., 2009. Cap. 13. p. 256-278.

MOTA, José Aroudo. **O valor da natureza economia e política dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 200 p.

NOBRE, Carlos A.; SAMPAIO, Gilvan; SALAZAR, Luis. **Mudanças climáticas e Amazônia**. 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300012>. Acesso em: 5 ago. 2019.

RIVAS, Alexandre (Org.). **Economia e valoração de serviços ambientais utilizando técnicas de preferências declaradas**. Manaus: Edua, 2014. 304 p.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2015. Disponível em <http://www.eduel.com.br>.